

Tratamento de choque não; medidas de ajuste sim

O ex-ministro Mário Henrique Simonsen prevê que o País terá provavelmente de encaminhar uma nova renegociação da dívida externa com o Fundo Monetário Internacional (FMI) e credores externos e recomenda a elaboração desde logo de um programa econômico viável para 1984, que abriria uma nova fase de desenvolvimento equilibrado.

Concordamos com o professor Simonsen quanto à necessidade de se adotarem medidas imediatas para que o programa aconselhado venha a ter credibilidade. Temos, no entanto, profunda objeção à expressão "tratamento de choque", principalmente quando empregada pelo ex-ministro da Fazenda, Octávio Gouvêa de Bu- lhões. A expressão nos lembra a crise de 1965/66, a fase das falências ditas "saneadoras", etc. É certo que se verificou naquela época uma queda dramática da inflação, mas a um custo social que a Nação hoje não suportaria.

Feito esse reparo, constatamos que o professor Simonsen faz

algumas sugestões que merecem uma análise mais aprofundada e que, a nosso ver, não configuram um "tratamento de choque" feito às cegas, mas representam medidas ditadas por considerações racionais.

O ex-ministro, por exemplo, disse preferir subsidiar os produtos agrícolas do que o crédito à agricultura e sugere que se isente a produção do pagamento do ICM, como é feito atualmente com a carne, passando a União a compensar os estados pela perda de receita. A idéia merece ser estudada pelas entidades ligadas à agropecuária, principalmente levando em conta que as autoridades se comprometeram com o FMI a acabar totalmente com o que se considera subsídios ao crédito agrícola ainda neste ano.

Para não desestimular a produção, evitando o efeito traumático que teria o anúncio da eliminação pura e simples do crédito favorecido à agropecuária, a isenção do ICM poderia ter efeitos

úteis. Mas isso precisaria ser feito de uma vez por todas, não ficando os agricultores ameaçados com a volta da cobrança do imposto, de acordo com as oscilações da política econômica.

Seria necessário também que fosse estabelecido um mecanismo automático para compensação aos estados para que não sofressem uma queda ruinosa de suas receitas em um período em que passam por tantas dificuldades financeiras. Lembramos, a propósito, que o sistema de transferências federais de recursos nunca funcionou a contento dos beneficiários — estados e municípios —, sendo freqüentes as queixas quanto à protelação na liberação das verbas por parte da União.

Quanto à proposta de Simonsen para que se adote o sistema de reajuste de salários, ficando o governo responsável apenas pela fixação do salário mínimo, já nos manifestamos favoráveis à idéia, desde que sejam atendidos alguns requisitos básicos como, por

exemplo, modificação da lei de greve atualmente em vigor.

Mas, se nos parece possível desindexar salários — o que, concordamos, é uma medida que muito pode contribuir para reduzir o desemprego neste período —, consideramos inviável, a essa altura, a desindexação da economia como um todo, que, a nosso ver, atuaría mais no sentido de tumultuar do que de resolver os problemas do momento.

Uma decisão de consequências tão amplas quanto esta não poderia, em nosso entender, ficar dependente do arbítrio das autoridades monetárias. Teria de, forçosamente, ser discutida pelo Congresso Nacional, onde seriam analisadas todas as suas implicações, inclusive as sociais. Uma desindexação por edicto oficial seria um total absurdo na hora em que vivemos.

Oportunamente, focalizaremos a justa insistência de Simonsen na necessidade de unificação dos orçamentos fiscal, monetário e das estatais.